



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DO DISCURSO INTEGRADOR À INCLUSÃO ESCOLAR

Mariel Wágner Holanda Lima ¹ (1);

¹Universidade Regional do cariri, marielholanda@gmail.com

Ana Lara Diniz Fontes ¹ (2);

Faculdade Santa Maria analaradiniz@hotmail.com

Anderclébia Carlhandia de Aquino França¹ (3);

Faculdade Santa Maria carlhandiaaquino@hotmail.com

José Elisberto Gonçalves Lobo Júnior ¹ (4);

Faculdade Santa Maria bjunyor@bol.com.br

Jocnilton Cesário da Costa² (1);

²Bolsista supervisor do PIBID/IFPB – CAPES/FNDE/MEC

newton.costa.jp@hotmail.com

RESUMO

Este texto propõe-se a discutir a inclusão escolar, assim como as dificuldades inerentes à adoção de práticas inclusivas que frequentemente se confundem com simples ações integradas. A inclusão escolar requer a reestruturação do sistema educacional e a garantia de que todos tenham a mesmas oportunidades educacionais. Para melhor aprofundamento foi feita uma revisão bibliográfica, com intuito de levantar marcos históricos, transformações, direitos e conquistas alcançadas nos últimos séculos. Diante disso, foi visto que grandes lutas em pro a educação foram ocorridas. No Brasil, por exemplo a lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9.394/96 publicada em 1996 possibilitou alguns avanços. Com a pesquisa desenvolvida, podemos verificar que esses eventos reforçaram a difusão das teorias e práticas inclusivas em todo o mundo e o Brasil também assume o compromisso de promover a educação inclusiva, o que, de certa forma, justifica os avanços, no plano teórico, verificados com a Lei de Diretrizes e bases. Porém as praticas educacionais devem ser avançadas e melhoradas para uma melhor inclusão educacional e social.

PLAVRAS CHAVES: Deficiência, educação inclusiva, integração escolar, novos paradigmas.

"Quebra de seção contínua".

INTRODUÇÃO



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A educação existe, desde os primórdios da humanidade, com a clara função de transmitir a cultura, integrar e homogeneizar os grupos sociais. Ela antecede a escola que, nos moldes como a conhecemos (Organizada conforme o pensamento iluminista), existe aproximadamente três séculos e desde a sua gênese foi pensada para formar pessoas tidas como “normais”.

Planejada para receber um modelo de aluno (Normal) e educa-lo de acordo com o padrão elitista e classificador, a escolar, tal como se encontra, prejudica a inserção de muitos alunos que, por não responderem a esse modelo terminam se encaminhando para o fracasso escolar. Muitas vezes esses fracassos já começam com a dificuldade de acesso e quando consegue ultrapassar essa barreira, esbarram nas estruturas educacionais da escola que temos: normal, burocrática, extremamente racional.

Nesse texto, propomo-nos a discutir algumas questões que perpassam a inclusão escolar, bem como algumas dificuldades inerentes a adoção de práticas inclusivas que frequentemente reduzem-se a simples ações integradoras, ou por desconhecimento dos educadores ou simplesmente porque a escola não quer sair da sua confortável posição de transmissora do conhecimento. Para isso foi feito um levantamento bibliográficos a partir de marcos históricos, e acompanharemos os avanços e recuos que marcam a discussão em torno dessa temática.

UM OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Incluir significa agregar os indivíduos em conjunto na mesma esfera social sem restrição de classe, cor, etnia ou deficiência. Respeitando suas peculiaridades e ajudando na construção da subjetividade, ou seja a educação inclusiva tem a função de respeitar , unir e ajudar na construção do indivíduo.

Para incluir é preciso que a escola ensine a todos os alunos no mesmo espaço educacional, dando a todos os alunos as mesmas oportunidades de aprendizagem. Esse propósito vem sendo perseguido por alguns educadores e demais profissionais de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

educação em muitos lugares do mundo, inclusive no Brasil, pelo menos desde o século XVI, mas só a partir da metade do século XX é que os debates sobre a educação das crianças e jovens com deficiências se intensificaram, resultando numa legislação específica.

Segundo Mendes (2006), a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto metodológicos numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos.

Apesar dessas experiências, naquela época acreditava-se que as pessoas diferentes, para ser bem cuidadas e protegidas, deveriam ser confinadas em asilos e manicômios, totalmente custodiadas. Esse discurso encobria o fato de que, o que se queria era afastá-las do convívio com a sociedade.

No século XIX, sob auspícios da filosofia iluminista, a escolaridade obrigatória é institucionalizada e então se percebe que a escola tal como estava enraizada não dava conta de responder pela aprendizagem de todos os alunos, uma vez que não fora pensada para entender as diferenças. Nesse perspectiva, surge as classes especiais, nas escolas regulares para onde os alunos “difíceis” eram encaminhados.

A compreensão a cerca do acesso a educação regular para pessoas com necessidades especiais, foi se dando lentamente e os avanços só foram ocorrendo na medida em que as oportunidades educacionais para a população em geral também foram ocorrendo. Na segunda metade do século é que começa a surge resposta mais ampla da sociedade para os problemas educacionais das crianças e jovens com deficiência.

Em virtude das sequelas da guerra, surge paralelo a isso uma verdadeira indústria de reabilitação que chama atenção para a necessidade dos multilados da guerra e conseqüentemente para pessoas com necessidades especiais que também poderiam ser reabilitados e ou educados. Para as pessoas que sempre haviam sido impedidas de acessar as escolas regulares ou que tinham frequentado, mas não avançado, no processo



educativo formal, surgiram chamadas escolas especiais, onde segregadas, essas crianças e jovens supostamente, seriam mais bem atendidas.

O discurso segregacionista se justificava pela crença de que as necessidades educacionais seriam mais bem trabalhadas num ambiente separado onde as crianças estariam protegidas, inclusive dos olhares indiscretos da sociedade. Dessa forma “a educação especial foi se constituindo paralelamente ao sistema educacional geral até que razões morais, científicas, políticas, legais, lógicas e até econômica forjaram as bases para uma proposta de integração (MENDES, 2006, p. 338)

Cabe aqui lembrarmos dos movimentos em prol dos direitos humanos que se intensificaram na década de 1960 e que, de certa forma, abriram os olhos da sociedade para a necessidade de inclusão das minorias. Nesse contexto, constituíram-se as bases para a proposta de integração escolar sob o argumento de que todas as crianças com ou sem deficiências teriam o direito de participar de todas as atividades escolares.

Os defensores das práticas integradoras apoiavam se na ideia de que estas trariam benefícios tanto para as crianças com deficiência quanto para seus colegas sem deficiência, sendo a convivência e aceitação das diferenças o principal deles.

Paralelamente à ciência e a pesquisa educacional avançavam e evidenciavam o fato de que as crianças com deficiência não só podiam aprender como as outras como também podiam fazê-lo com qualidade de vida e com possibilidades de desenvolvimento interpessoal e inserção social futura.

Importante destacarmos as ações políticas dos grupos de pais e profissionais que organizados, passaram a fazer pressão e chamar atenção da sociedade para os direitos das pessoas com deficiência a fim de garantir seus direitos e evitar discriminações.

Conforme Mendes (2006, p. 388), uma razão que também influenciou na defesa das práticas integradoras, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, foi

Custo elevado dos programas segregados no contexto da crise mundial do petróleo(...) A partir da década de 1960 passou a ser conveniente adotar a ideologia da integração pela economia que elas representariam para os cofres públicos (2006,p.388)



Como vimos, por razões distintas, governos e sociedade convergiam para a defesa das políticas de integração escolar para as pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo que crescia a demanda por ensino especial, também aumentava a demanda de empregos para os profissionais especializados que também se incluíram na luta.

Na década de 1950, ainda eram incipientes as ações do poder público para promover a educação de pessoas com deficiência tanto que as iniciativas mais importantes foram resultado de campanhas que mobilizavam apoios para a criação de Instituições que se encarregaram, a partir daí, de cuidar da assistência educacional de pessoas com deficiência.

Foi também por essa época (1957) que o governo federal assumiu explicitamente o atendimento educacional para pessoas com deficiência que até então se dava em instituições privadas sem fins lucrativos.

Na década de 1970, em consequências do avanço do acesso à escola, no Brasil ocorreu a institucionalização da educação especial com o planejamento de algumas políticas públicas. Nos anos 80 as lutas sociais em favor de diversos grupos marginalizados também contemplam a educação especial.

O resultado dessas lutas se traduziu em algumas conquistas asseguradas pela Constituição de 1988 que em seu artigo 208 estabelece a integração escolar enquanto preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

A proposta de integração escolar, inicialmente desenvolvida na Inglaterra era pensada “como um processo com vários níveis, através dos quais o sistema educacional proveria os meios mais adequados para atender a necessidades dos alunos”(MENDES 2006, p. 391). Essa proposta também foi criticada entre outras coisas, por propor reunir pessoas deficientes numa mesma escola e não necessariamente na mesma classe.

A integração escolar possibilita ao aluno se inserir nas salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais, ou seja, o aluno pode transitar por todos os tipos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de atendimento no sistema escolar. Ocorre que essa concepção de inserção é parcial, uma vez que o sistema oferece serviços educacionais segregados.

Além disso, os alunos oriundos de escolas comuns que passam a frequentar escolas de educação especial dificilmente retornam ao ensino regular. Conforme Mantoan (2004) “nas situações de integração escolar, nem todos os alunos cabem nas turmas do ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão após à inserção”. Ainda há todo um processo de adaptação dos alunos às exigências da escola, uma vez que esta não muda, os alunos é que devem mudar.

Nesse contexto a proposta de inclusão escolar impõe uma mudança de paradigmas, pois “questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. (...) prevê a inserção escolar e de forma radical completa, sistemática” (MANTOAN, 2004).

A inclusão escolar contraria a proposta de integração a partir dos seus objetivos, pois enquanto a integração propõe a inserção dos alunos que já vem de uma situação excludente, a inclusão escolar propondo a inserção deste aluno desde o primeiro contato do mesmo na escola. Assim, o sistema educacional deve se estruturar as necessidades de todos os alunos.

As discussões em torno da inclusão escolar, no Brasil, intensificam-se em meados da década de 1990 e pouco a pouco esse paradigma foi se efetivando apesar das controvérsias e discussões que tem gerado. A lei de diretrizes bases da educação nacional 9.394/96 publicada em 1996 possibilitou alguns avanços significativos com a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero e seis anos; a idéia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o professor estar preparado adequadamente para compreender e atender à diversidade dos alunos.

No plano internacional a década de 1990 foi marcada por dois eventos de muita relevância para os debates acerca da educação inclusiva, que sem dúvida contribuíram para dar visibilidade às discussões sobre o tema.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O primeiro desses eventos é a "Conferência Mundial sobre Educação para Todos" realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, que inaugurou um grande projeto de educação em nível mundial, para a década que se iniciava, financiada pelas agências UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. A Conferência de Jomtien apresentou uma "visão para o decênio de 1990" e tinha como principal eixo a idéia da "satisfação das necessidades básicas de aprendizagem" (FRIGOTTO 2003)

O segundo foi em 1994 quando o governo espanhol juntamente com a UNESCO promoveu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais acesso a qualidade que resultou na Declaração de Salamanca.

Esses eventos reforçaram a difusão das teorias e práticas inclusivas em todo o mundo e o Brasil também assume o compromisso de promover a educação inclusiva o que, de certa forma, justifica os avanços, no plano teórico, verificados com a lei de diretrizes e Bases. Alcançar na prática o que estabelece a lei é uma tarefa que nós como educadores não no faltar, mas temos a consciência de que a educação inclusiva mexe com as estruturas do sistema educacional e depende de políticas públicas muito bem fundamentadas.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consistiu, em uma revisão bibliográfica referente ao tema proposto desta maneira, o trabalho foi desenvolvido a partir de um levantamento sobre o que há disponível na literatura referente a história da educação inclusiva, suas lutas e conquistas e como se dá o processo de inclusão nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas educacionais para serem realmente inclusivas precisam abranger todos cuidando para que esses tenham sucesso na sua jornada escolar. Nessa perspectiva, a inclusão, ao erradicar completamente a segregação, constitui-se numa



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mudança radical de paradigmas educacionais , cuja finalidade é uma melhora significativa na qualidade de ensino para todos indistintamente.

Incluir é algo totalmente novo para essa escola que se alimenta da exclusão. Se pararmos pra pensar em quanto tempo os professores e equipe técnico-pedagógica das escolas passam envolvidos com provas, notas, aprovações. Quanto se valoriza as escolas tidas como melhores porque lá estão os professores que mais reprovam ou que melhor prepara para o (já quase extinto) vestibular, veremos que não estamos exagerando.

Contamos que para esse modelo de escola incluir significa refazer-se, reinventar-se e ressurgir renovada para acolher novos sabedores, novas práticas, e sobretudo novos alunos. Enfim a escola teria que transgredir seu próprio projeto educativo e sendo a escola conservadora e elitista, esta não é uma tarefa impossível, mas convenhamos, também não é fácil.

A transformação que as escolas precisaram vivenciar para atingir tais expectativas passa, necessariamente, pela compreensão dos educadores em relação as diferenças entre os discursos de integração escolar e a proposta de inclusão escolar. É preciso ter muita clareza com relação a este ponto. Do contrário, as escolas continuaram excluindo os alunos sobre a falsa impressão de que estão promovendo a inclusão escolar.

A heterogeneidades das salas de aulas propicia inúmeros benefícios as crianças com ou sem deficiência já que o convívio com as diferenças proporciona a essas crianças oportunidades de crescimento e aprendizado na cooperação e nas interações humanas , mas para tirar proveito da diversidade no ambiente escolar, uma nova concepção de escola, de aluno e de ensino aprendizagem se faz necessário.

CONCLUSÃO



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

As lutas históricas ao decorrer dos séculos, sem dúvida foram os grandes responsáveis pela criação da educação inclusiva e de seus direitos adquiridos, esses eventos reforçaram a difusão das teorias e práticas inclusivas em todo o mundo.

Porém ao passar do anos, os serviços oferecidos hoje pelo sistema educacional foge da concepção integradora inclusiva que as diretrizes propõe, se tornando uma prática segregadas e sem incentivos financeiros e profissional.

Estudiosos, educadores e pais podem se engajar, estudar, lutar, perseverar na defesa da inclusão escolar, para concretizar mudanças radicais nas estruturas do sistema educacional e na cultura escolar.

Vimos que a inclusão trás benefícios para a criança com deficiência , para família e escola em geral. Os alunos devem ter esse contato respeitoso e unificado, assim a escola está formando pessoas integras e éticas.

Com a pesquisa desenvolvida, podemos verificar que os eventos históricos, lutas e conquistas reforçaram a difusão das teorias e práticas inclusivas em todo o mundo e o Brasil também assume o compromisso de promover a educação inclusiva, o que, de certa forma, justifica os avanços, no plano teórico, verificados com a Lei de Diretrizes e bases. Porém as praticas educacionais devem ser avançadas e melhoradas para uma melhor inclusão educacional e social.

REFERENCIAS

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Meditação. 2014

FRIGOTTO. G . **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. *Educ. Soc.* vol.24 no.82 Campinas Apr. 2003



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente na escola.** Revista CEJ conselho de Justiça Federal/Centro de Estudos Judiciários da Justiça Federal. Ano VIII/Setembro 2014 Brasília/DF.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil.** História de políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no brasil.** Revista Brasileira de Educação. v.11 n.33 set/dez. 2016.

MIRANDA, A. A. B. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental** (tese de doutorado). Unimep, 2013.